

GERMANO MARQUES DA SILVA

Professor da Faculdade de Direito
Universidade Católica Portuguesa

DIREITO PENAL PORTUGUÊS

TEORIA DO CRIME



UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

LISBOA 2012

PREFÁCIO

Publiquei em 1998 o *Direito Penal Português, II, Teoria do Crime*, e uma 2.^a edição em 2005. De ambas as edições foram feitas várias reimpressões. Impunha-se uma nova edição actualizada em função das alterações da lei entretanto ocorridas, mas sobretudo dos muitos contributos posteriores da jurisprudência e da doutrina, o que fiz em 2012 em edição policopiada, preparando a edição, agora autónoma, do *Direito Penal Português – Teoria do Crime*.

Este livro, como os anteriores, foi escrito para apoio dos meus alunos da disciplina de Direito Penal – Teoria do Crime, na Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa) e tem por isso preocupações e finalidade essencialmente didácticas, o que determina que, pela necessária limitação da sua extensão, evite aprofundar as discussões doutrinárias sobre as várias questões, dando conta apenas da minha orientação e referindo a da jurisprudência, quando dissonantes, remetendo no demais para a doutrina.

Em breve atingirei, se Deus quiser, a idade de jubilação e transmitirei com gosto o encargo aos mais novos. Ficará a saudade e a ilusão de ter valido a pena.

Loures, Agosto de 2012

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
-----------------	----------

SIGLAS	9
---------------	----------

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO À TEORIA DO CRIME

§ 1.º NOÇÃO GERAL DE CRIME E SUA ANÁLISE

1. Conceito de Crime	11
2. Os Elementos do Crime e a Sua Análise	13
2.1. Teoria do crime	13
2.2. Elementos do crime. Visão sintética	14
3. Estrutura Essencial e Estrutura Acidental do Crime	16
4. Ilícitude Formal e Ilícitude Material. Ilícitude, em Geral, e Ilícitude Penal	17
4.1. Ilícitude formal e material	17
4.2. Ilícitude, em geral, e ilícitude penal	18
5. Esboço de Estrutura da Teoria do Crime. Indicação de Sequência	19
5.1. Esboço de estrutura da teoria do crime	19
5.2. Indicação de sequência	20

§ 2.º A TIPICIDADE

6. Tipicidade e a Técnica de Redacção das Normas Penais	21
6.1. O conceito de tipicidade	21
6.2. Tipicidade e técnica de redacção das normas penais	25
7. O Bem Jurídico como Elemento do Tipo Legal de Crime	26
8. Elementos do Tipo	28
9. Tipos Abertos, Tipos Fechados, Tipos Causais e Tipos Modais	29
10. Funções do Tipo Legal de Crime	30

§ 3.º CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES EM RAZÃO DA SUA ESTRUTURA TÍPICA

11. Razão de Ordem	32
12. Crimes Gerais ou Comuns e Crimes Especiais ou Próprios	33
13. Crimes Comissivos e Crimes Omissos	33
14. Crimes Formais e Crimes Materiais; Crimes de Mera Actividade e Crimes de Resultado	34
15. Crimes de Dano e Crimes de Perigo. Crimes de Perigo Concreto, Crimes de Perigo Abstracto, Crimes de Perigo Abstracto-Concreto e Crimes de Perigo Comum	35
16. Crimes Qualificados pelo Resultado	37
17. Crimes Simples, Crimes Complexos e Crimes Pluriofensivos	37
18. Crimes Instantâneos, Crimes Permanentes, Crimes Instantâneos de Efeitos Permanentes e Crimes Habituais, Crimes Unissubsistentes e Crimes Plurissubsistentes	38
19. Crimes Qualificados e Crimes Privilegiados	40
20. Crimes Dolosos, Crimes Negligentes e Crimes Preterintencionais	41
20-A. Crimes Progressivos, Crimes de Acção Múltipla ou de Conteúdo Variado, Crimes Exauridos, Crimes de Tendência ou de Intenção e Crimes de Empreendimento ou de Atentado	42

CAPÍTULO II

A ESTRUTURA GERAL DO FACTO ILÍCITO ELEMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS ESSENCIAIS

§ 1.º PRELIMINARES

21. O Tipo Legal de Crime e os seus Elementos Constitutivos	46
22. Elementos Constitutivos (Elementos Essenciais) e Elementos Acidentais do Crime. Condições de Punibilidade	47
22.1. Elementos essenciais e circunstâncias essenciais	47
22.2. Circunstâncias essenciais que concorrem no acto e circunstâncias que concorrem no agente e no ofendido	48
22.3. Circunstâncias e causas de justificação e de exclusão do dolo (circunstâncias justificativas e de exclusão do dolo) e circunstâncias exculpativas	48
22.4. Condições objectivas de punibilidade e causas pessoais de exclusão da pena	49

§ 2.º O SUJEITO ACTIVO

23. O Sujeito Activo do Crime	51
23.1. O autor singular	51
23.2. Crimes comuns e crimes próprios	52
23.3. Pluralidade de sujeitos activos: concurso necessário e eventual. Remissão	54
24. As Imunidades	55
25. A Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas. Remissão	56

§ 3.º ELEMENTOS OBJECTIVOS CONSTITUTIVOS DO FACTO TÍPICO

26. Conceito de Facto Ilícito	59
26.1. Conceito de facto: acção e omissão	59
26.2. Pressupostos ou circunstâncias essenciais do facto ilícito	61
27. Características do Facto Ilícito	62
27.1. Características comuns	62
27.2. A acção e a omissão	63
27.3. Crimes omissivos próprios	65
27.4. Crimes comissivos por omissão (crimes de omissão imprópria ou impura)	65
27.4.1. A estrutura essencial da omissão impura	65
27.4.2. O dever jurídico de agir para evitar o resultado típico: crimes próprios e posição de protecção ou de controlo	68
27.4.2.1. O problema em geral	68
27.4.2.2. Deveres de garantia derivados da ingerência (actuação precedente perigosa)	72
27.4.3. As posições de garante e o princípio da legalidade	75
28. Objecto da Acção e Evento Jurídico e Material do Crime	77
28.1. Objecto da acção humana. A lesão ou perigo de lesão do bem jurídico	77
28.2. O evento material. O evento material e os crimes omissivos	78
29. Nexo de Causalidade	79
29.1. O conceito de nexo de causalidade	79
29.2. A causalidade na omissão	84
29.3. O caso fortuito e a força maior	84
29-A. Excurso Sobre a Imputação Objectiva	85

29-A.1. O problema	85
29-A.2. Níveis de imputação objectiva	86
30. A Estrutura Complexa do Facto Ilícito	88
30.1. A pluralidade de factos	88
30.2. Os crimes agravados pelo evento	89
30-A. Condições Objectivas de Punibilidade e Causas Pessoais de Isenção da Pena	91

§ 4.º ELEMENTOS SUBJECTIVOS CONSTITUTIVOS DO FACTO ILÍCITO

31. Considerações Gerais. Os Elementos Subjectivos como Integrantes do Facto Ilícito	94
32. A Voluntariedade do Facto como Elemento Constitutivo da Culpa	96
33. Elementos Subjectivos Especiais do Tipo de Ilícito	97
34. O Dolo do Tipo	100
34.1. Conceito legal de dolo do tipo	100
34.2. A estrutura e objecto do dolo	101
34.2.1. A estrutura do dolo	101
34.2.2. A representação ou consciência do facto típico	101
34.2.3. A vontade no dolo	102
34.3. Espécies de dolo: dolo directo ou intenção, dolo necessário e dolo eventual. O dolo alternativo.	103
34.4. O dolo e o momento da execução do crime; o dolo antecedente	106
34.5. Dolo genérico e dolo específico	107
34.6. Dolo de perigo	108
34.7. Intensidade do dolo	109
35. O Erro Sobre a Factualidade Típica	110
35.1. Considerações gerais. Remissão	110
35.2. Conceito e distinções	110
35.3. Erro sobre os elementos do facto típico (erro de tipo) e erro sobre a ilicitude. Antecedentes da formulação dos art.ºs 16.º e 17.º do Código Penal	112
35.4. Erro sobre o facto típico (erro sobre o tipo)	115
35.4.1. Esquema de análise. A relevância indiciária do tipo.	115
35.4.2. Erro sobre o facto típico: erro-ignorância e erro suposição	116

35.4.3. Erro sobre os elementos do tipo de ilícito (art.º 16.º) e erro sobre a ilicitude (art.º 17.º)	118
35.5. Erro sobre as leis (ignorância da lei)	120
35.6. Erro sobre os pressupostos de uma causa de justificação ou de exclusão da culpa. Erro sobre os requisitos (remissão)	121
35.6.1. Erro sobre os pressupostos de uma causa de justificação ou de uma causa de exclusão da culpa (art.º 16.º, n.º 2)	121
35.6.2. Erro sobre a previsão legal e os requisitos de uma causa de justificação (remissão)	123
35.7. Casos particulares de erro sobre normas e <i>aberratio ictus</i> . Remissão	124
36. A Negligência	125
36.1. Introdução	125
36.2. Conceito legal de negligência	128
36.3. Espécies de crimes negligentes: crimes de mera actividade e de resultado, por acção e por omissão	129
36.4. Violação do dever de cuidado: a diligência objectiva, o risco tolerado e o princípio da confiança	130
36.4.1. A diligência objectiva	130
36.4.2. O risco permitido e princípio da confiança	133
36.5. A imputação objectiva	134
36.6. A diligência subjectiva: previsão, previsibilidade e não aceitação do facto típico	135
36.6.1. Previsão e previsibilidade	135
36.6.2. A vontade na negligência	136
36.7. Espécies e graus de negligência. Concorrência de negligências	137
36.7.1. Espécies de negligência; negligência consciente e inconsciente	137
36.7.2. Intensidade ou graus de negligência: negligência grave, leve, levíssima e grosseira	138
36.8. Concorrência de negligências	139
37. Concurso de Dolo e Negligência	140
37.1. Crimes em que concorrem dolo e negligência e dolo ou negligência e caso fortuito	140
37.2. Crime preterintencional	140
38. Crime Aberrante (<i>Aberratio Ictus</i>)	142

39. Os Crimes Qualificados pelo Evento	144
40. Os Crimes de Perigo Comum	145

§ 5.º CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO

41. Considerações Preliminares	149
42. As Relações Entre os Tipos Incriminadores e os Tipos que Prevêm Causas de Justificação. Tipicidade e Causa de Justificação. Ilicitude e Causa de Justificação	150
42.1. As relações entre os tipos incriminadores e tipos que prevêm causas de justificação	150
42.2. Tipicidade e causa de justificação	152
42.3. Ilicitude e causas de justificação	153
43. Princípios Gerais das Causas de Justificação. As Causas de Justificação Supralegais, A Adequação Social e o Risco Permitido. O Erro Sobre os Pressupostos e o Excesso nas Causas de Justificação	154
43.1. Princípios gerais das causas de justificação	154
43.2. As causas de justificação supralegais e aplicação analógica de causas de justificação	155
43.3. A adequação social e o risco permitido	157
43.4. Exigência do conhecimento dos pressupostos das causas de justificação pelo agente do facto justificado. O erro sobre os pressupostos da causa de justificação (remissão) e a justificação putativa	158
43.4.1. Exigência do conhecimento dos pressupostos das causas de justificação pelo agente do facto justificado	158
43.4.2. O erro sobre os pressupostos da causa de justificação e a justificação putativa (remissão)	160
43.5. O excesso nas causas de justificação	160
44. Interpretação do Art.º 31.º, N.º 1, do Código Penal	161
44.1. Interpretação do art.º 31.º, n.º 1, do Código Penal. A distinção entre ilicitude penal e outras categorias de ilicitude	161
44.2. Concurso entre normas que prevêm causas de justificação	163
44.2.1. Concurso entre causas de justificação	163

44.2.2. Concorrência de normas que prevêem causas de justificação em diversos ramos do direito. Referência especial à concorrência das normas que prevêem a legítima de defesa e o direito de necessidade no Código Civil e no Código Penal	164
45. O Exercício de um Direito	167
45.1. Direito e exercício do direito. Conceito e fundamento da justificação	167
45.2. Limites do direito e limites ao exercício do direito; o abuso do direito e a colisão de direitos. As denominadas limitações ético-sociais.	168
45.2.1. Limites do direito e limites ao exercício do direito	168
45.2.2. O abuso do direito	169
45.2.3. Colisão de direitos	171
45.2.4. As denominadas limitações ético-sociais	171
46. A Legítima Defesa	173
46.1. Conceito, fundamento e natureza da legítima defesa	173
46.2. Agressão e defesa	176
46.2.1. Objecto, pressupostos e requisitos da legítima defesa	176
46.2.2. O objecto da agressão: quaisquer interesses próprios ou alheios	177
46.2.3. A agressão actual e ilícita como pressuposto da legítima defesa	178
46.2.4. A defesa tem de ser necessária. Necessidade dos meios e necessidade da própria defesa	180
46.2.4.1. Necessidade dos meios utilizados para afastar a agressão	180
46.2.4.2. Necessidade da defesa	182
46.2.5. O <i>animus defendendi</i> e a falta de provocação da agressão. A defesa recíproca	183
46.2.6. Proporcionalidade entre a agressão e a defesa e a defesa recíproca	185
46.2.7. A exigência do conhecimento da situação objectiva de justificação	187
46.3. O excesso de legítima defesa	188
46.4. A defesa putativa. Defesa putativa e excesso de legítima defesa	191
46.5. Legítima defesa e direito de resistência	192

46.6. O direito de defesa jurídico-civil (art.º 337.º do Código Civil)	193
47. O Direito de Necessidade	194
47.1. Conceito, natureza e fundamento	194
47.2. Objecto, pressupostos e requisitos do direito de necessidade	196
47.2.1. Distinção entre pressupostos e requisitos	196
47.2.2. Objecto do direito de necessidade	196
47.2.3. Pressupostos do direito de necessidade	197
47.2.4. Requisitos do direito de necessidade	199
47.2.5. Conhecimento da situação de perigo	203
47.3. Direito de necessidade e estado de necessidade desculpante	203
47.4. Excesso de direito de necessidade	203
48. O Exercício Coercivo de um Direito: A Acção Directa	204
48.1. Assento legal, conceito, natureza e distinção do direito de defesa e do direito de necessidade	204
48.2. Objecto, pressupostos e requisitos da acção directa	205
48.3. Meios lícitos de acção directa e limites	206
49. O Cumprimento de um Dever	207
49.1. Conceito e fundamento	207
49.2. Os limites do cumprimento do dever: o seu estrito cumprimento	208
49.3. A fonte imediata do dever	208
49.4. A obediência hierárquica	211
49.5. Conflito de deveres	212
49.5.1. Razão de ordem e fundamento da justificação	212
49.5.2. Pressupostos e requisitos	214
50. Consentimento do Ofendido	215
50.1. O consentimento justificante. Consentimento expresso e presumido	215
50.2. Interpretação do art.º 38.º do Código Penal	217
50.3. Punição do crime consentido, quando o agente não conheça o consentimento	218
50.4. O n.º 4 do art.º 34.º no contexto das causas de justificação	220
50.5. Actividade desportiva violenta	222
50-A. Condições Objectivas de Punibilidade	223

CAPÍTULO III**A CULPA****§ 1.º CONCEITO, FUNDAMENTO E DELIMITAÇÃO**

51. Introdução	226
52. Culpa Jurídica e Culpa Moral	231
53. A Culpa: Conceito, Substrato e Elementos	233
53.1. Conceito de culpa em sentido formal	233
53.1.1. Concepção psicológica da culpa	233
53.1.2. Concepção psicológico-normativa da culpa	235
53.1.3. Concepção normativa pura da culpa: o finalismo	237
53.1.4. Concepções funcionalistas da culpa	238
53.2. Conceito de culpa em sentido material	239
54. Conceito Individual de Culpa	241
55. Aproximação ao Conceito de Culpa Através dos Preceitos do Código Penal que Disciplinam os Pressupostos e as Causas de Exclusão da Culpa	246
56. Substrato E Elementos Da Culpa	248
56.1. Substrato da culpa	248
56.2. Elementos da culpa	248
57. Culpa e Fins do Direito Penal (Art.º 40.º)	250
58. Culpa, Imputação e Responsabilidade	252
59. Culpa de Autor e Culpa pelo Facto	254
60-A. O Tipo De Culpa Negligente	256
60-A.1. Considerações gerais	256
60-A.2. Substrato e elementos da culpa e distinção entre culpa dolosa e culpa negligente	256
60-A.3. O erro sobre a ilicitude e a culpa negligente	258
60. A Culpa e Responsabilidade das Pessoas Colectivas. Remissão.	259
60.1. A capacidade de culpa das pessoas colectivas	259
60.2. O pensamento analógico	261
60.3. Remissão	263

§ 2.º IMPUTABILIDADE E IMPUTAÇÃO

61. Imputabilidade e Imputação	264
61.1. Imputabilidade e imputação	264
61.2. Imputabilidade e imputação das pessoas colectivas	264
62. Causas de Inimputabilidade	266
63. A Inimputabilidade em Razão da Idade	266
64. A Inimputabilidade em Razão de Anomalia Psíquica	267
64.1. A inimputabilidade em razão de anomalia psíquica	267
64.2. A imputabilidade diminuída	269
65. A privação voluntária da imputabilidade (<i>actio libera in causa</i>)	270

§ 3.º CAUSAS DE EXCULPAÇÃO

66. Considerações Preliminares.	272
67. As Relações entre as Normas Incriminadoras e as Normas que Prevêem Causas de Exculpação	273
68. Princípios Gerais das Causas de Exculpação	274
69. As Causas de Exculpação no Código Penal	276
70. A Coacção Moral	276
70.1. Conceito. Distinção entre coacção física, coacção moral, caso fortuito e caso de força maior	276
70.2. A coacção física e a coacção moral	277
71. O Estado de Necessidade Desculpante	279
71.1. Conceito, natureza, fundamento e distinção do direito de necessidade	279
71.2. Pressupostos do estado de necessidade desculpante	280
71.3. Estado de necessidade desculpante e coacção moral	282
71.4. O estado de necessidade como circunstância atenuante	283
72. O Erro Sobre a Ilicitude	284
72.1. Conceito. Distinções. O erro sobre a ilicitude (art.º 17.º)	284
72.2. Erro sobre a ilicitude (art.º 17.º)	284
72.2.1. O âmbito do art.º 17.º	284
72.2.2. A censurabilidade do erro sobre a ilicitude	287
72.3. A pena aplicável na falta de consciência do ilícito não censurável	288
72.4. A falta de consciência da ilicitude e os crimes negligentes. Remissão	288

72.5. Erro sobre a previsão legal ou sobre os requisitos de uma causa de justificação ou de exculpação	289
72.6. Casos particulares de erro sobre normas	290
73. Obediência Indevida Desculpante	290
73.1. A exclusão da culpa do funcionário que cumpre ordem que não seja manifestamente evidente que conduz à prática de crime	290
73.2. A responsabilidade do superior hierárquico que dá ordem que conduz à prática de crime	292
73.3. Obediência hierárquica de direito privado	293
74. O Excesso de Legítima Defesa Não Punível	293
74.1. O excesso não punível nas causas de justificação em geral	293
74.2. O excesso não punível de legítima defesa	294
75. Outras Causas de Exculpação Previstas no Código Penal	295

CAPÍTULO IV

ESTRUTURA ACIDENTAL DO CRIME

76. A Estrutura Essencial e a Estrutura Acidental do Crime	297
77. As Circunstâncias. Sua Classificação	299
78. Circunstâncias Comuns e Elementos do Crime	302
79. O Valor das Circunstâncias Comuns e Circunstâncias Modificativas. O Valor das Circunstâncias Comuns	303
80. A Posição da Teoria das Circunstâncias no Sistema Penal	304

CAPÍTULO V

FORMAS DO CRIME

§ 1.º O *ITER CRIMINIS*

81. Conceito de <i>Iter Criminis</i>	305
82. Actos Preparatórios	307
83. Actos de Execução	309
84. A Consumação e o Exaurimento do Crime	311
85. Participação e Comparticipação no Crime; Concurso de Crimes e Crime Continuado. Remissão	313

§ 2.º A TENTATIVA

86. Conceito de tentativa. O crime de atentado	314
87. Os elementos essenciais da tentativa	315
88. A estrutura da tentativa – aplicações	319
89. A desistência e o arrependimento activo	322
90. A desistência em caso de comparticipação	326
91. A tentativa inidónea, tentativa impossível e o crime putativo	327
91.1. A tentativa inidónea e o crime impossível	327
91.2. O crime putativo	332
92. Punibilidade da Tentativa e dos Actos de Execução	332
93. Fundamento da Punição da Tentativa	334
93.1. Teorias objectivas e teorias subjectivas sobre a estruturação da tentativa	334
93.2. Sobre a punibilidade da tentativa impossível. Valoração político-criminal da tentativa aparente; o princípio da proporcionalidade	335
94. A Desistência e o Arrependimento na Parte Especial do Código Penal	336
95. A Punibilidade, com a Pena Aplicável à Tentativa, do Crime Justificado pelo Consentimento do Ofendido, Quando esse Consentimento não seja Conhecido do Agente (Art.º 38.º, N.º 4)	338

CAPÍTULO VI

OS AGENTES DO CRIME E A VÍTIMA

§ 1.º INTRODUÇÃO

96. Introdução	341
97. O Autor Singular e a Pluralidade de Agentes	343
98. Autoria Singular, Comparticipação e Participação Criminosa	344
99. Os Encobridores. O Crime de Favorecimento Pessoal	344
100. As Pessoas Colectivas como Agentes do Crime. O Artigo 11.º Do Código Penal	345

§ 2.º A COMPARTICIPAÇÃO CRIMINOSA

101. A Comparticipação Criminosa	347
101.1. Conceito e objecto da comparticipação	347
101.2. Ilícitude na comparticipação	348
101.3. Culpa na comparticipação	348
101.3-A. Excurso sobre a comparticipação nos crimes negligentes	348
102. Classes ou Modalidades de Participação na Comparticipação	351
103. A Desistência na Comparticipação	351
104. A Comparticipação em Crimes Próprios	352
105. As Qualidades e Relações Especiais e no Art.º 12.º do Código Penal	354
105.1. Em geral	354
105.2. A responsabilidade dos titulares dos órgãos das pessoas colectivas, sociedades ou meras associações de facto	356

**§ 3.º PARTICIPAÇÃO NA COMPARTICIPAÇÃO:
AUTORIA E CUMPLICIDADE**

106. Participação Principal e Participação Secundária	357
107. A Identidade do Facto e os Modos de Participação na sua Realização	357
108. A Autoria	359
108.1. Teorias para a determinação do conceito de autor	359
108.2. A autoria no Código Penal português	361
109. Autores Materiais	361
110. Autores Morais	363
110.1. Conceito de autor moral	363
110.1-B. Excurso sobre a admissibilidade da instigação e da autoria mediata indirecta	364
110.2. Os instigadores	366
110.3. Os autores mediatos	368
110.4. O excesso de mandato	370
110.5. O agente provocador	370
111. A Cumplicidade. Conceito	372
112. Cumplicidade Material	373
113. Cumplicidade Moral	373
114. O Dolo na Cumplicidade	374

115. A Instigação ou Incitamento como Crime Autónomo	375
--	-----

§ 4.º CRIMES DE PARTICIPAÇÃO NECESSÁRIA. ASSOCIAÇÕES CRIMINOSAS E ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS

116. Crimes de Participação Necessária	376
117. Crime de Associação Criminosa	377
118. Os Crimes Cometidos em Execução do Programa da Associação Criminosa	379
119. Crime de Organizações Terroristas	379
120. O Crime de Organizações Terroristas e os Crimes Cometidos em Realização do Programa da Organização Terrorista	381
121. O Regime Especial da Desistência nos Crimes de Associação Criminosa e Organizações Terroristas (Art.º 299.º, N.º 4, e Art.º 2.º, N.º 5, da Lei N.º 52/2003)	382
122. Outros Crimes De Participação Necessária	383

§ 5.º O SUJEITO PASSIVO DO CRIME

123. O Sujeito Passivo do Crime	384
124. Vítima, Objecto Material e Sujeito Passivo	385
125. O Lesado	386

§ 6.º A RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS COLECTIVAS E A RESPONSABILIDADE CUMULATIVA

126. Introdução	386
127. Pessoas Colectivas Susceptíveis de Imputação Penal e Entidades Equiparadas	390
128. Pressupostos Formais Da Imputação Penal das Sociedades	391
128.1. A questão em geral	391
128.2. Órgãos e representantes das pessoas colectivas	394
128.3. Pessoas que na pessoa colectiva têm autoridade para exercer o controlo da sua actividade	398
128.4. A perpetração dos crimes pelas pessoas que na sociedade ocupem uma posição de liderança	398
129. Pressupostos Materiais	401

129.1. O facto e a culpa da pessoa colectiva	401
129.2. Factos praticados em nome e no interesse colectivo	404
129.3. Exclusão da responsabilidade das sociedades por actuação dos agentes contra ordens ou instruções expressas de quem de direito	409
129.4. A problemática da culpa. Exigência de culpa própria da pessoa colectiva	411
129.5. Não dependência da responsabilidade das sociedades da responsabilidade individual dos respectivos agentes	414
130. Responsabilidade Concorrente ou Cumulativa	415

CAPÍTULO VII

CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO

§ 1.º CONCURSO DE CRIMES

131. Preliminar	417
132. Concurso de Crimes. Conceito	418
133. Concurso de Crimes Real e Concurso Ideal; Concurso Homogéneo e Concurso Heterogéneo	419
134. A Vontade nos Crimes em Concurso	420
135. Concurso de Crimes e Reincidência. Regra Geral da Punição do Concurso e da Reincidência	421

§ 2.º CRIME CONTINUADO

136. Crime Continuado. Características Gerais e Distinção de Outras Figuras Criminosas	423
136.1. Características gerais do crime continuado	423
136.2. Crime continuado, crime permanente, tendência criminosa, crime habitual, crime complexo e concurso de crimes	424
137. Natureza Jurídica do Crime Continuado: Unidade do Crime na Execução Sucessiva ou Reiterada de um Crime ou Unificação da Continuação de Crimes Cometidos em Concurso	426
138. O Crime Continuado no Código Penal	427

138.1. Conceito legal	427
138.2. Elementos constitutivos do crime continuado	429
138.2.1. Realização plúrima do mesmo tipo de crime ou de vários tipos de crime	429
138.2.2. Identidade do bem jurídico protegido	429
138.2.3. Homogeneidade da execução	431
138.2.4. Diminuição considerável da culpa no caso concreto	431
139. A Punição do Crime Continuado	434
140. Outras Questões de Natureza Substantiva e Processual Relativas ao Crime Continuado	436